

Orçamento: caixa aberta para a Norte-Sul.

Os vetos que o presidente Sarney fez no Orçamento Geral da União, aprovado pelo Congresso no final do ano passado, vão deixar diversos programas sem recursos até o reinício dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro, entre eles a merenda escolar, financiamento da atividade agrícola, subsídios às exportações e estoques reguladores. Enquanto isso, a construção da ferrovia Norte-Sul seguirá sem problemas, com toda a provisão de recursos prevista na proposta orçamentária, o que lhe garante Cz\$ 19 bilhões para este ano.

Os vetos atingem Cz\$ 22,5 trilhões em despesas, que ficam como recursos disponíveis para serem usados, somente por meio de autorização do Congresso, como crédito especial, explicou ontem o secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria do Planejamento, José Ribas. Entre os vetos, confirmou-se o do artigo 5º, que trata da rolagem das dívidas dos estados e municípios, mas José Ribas garantiu que o governo vai respeitar o índice de 92% da rolagem da dívida fixada pelo Congresso. Com isso, os estados e municípios vão pagar em 89 Cz\$ 178 bilhões, contra os Cz\$ 550 bilhões que o governo queria receber quando enviou o projeto de lei ao Congresso. Com os vetos, o total das despesas do orçamento, previsto em Cz\$ 105 trilhões, foi reduzido para Cz\$ 82,5 trilhões.

José Ribas esclareceu que o presidente da República vetou apenas aquilo que considerou inconstitucional ou estranho ao orçamento, por se tratar muito mais de matéria financeira do que orçamentária. Além do artigo 5º, foram vetados também os artigos 7º e 8º,

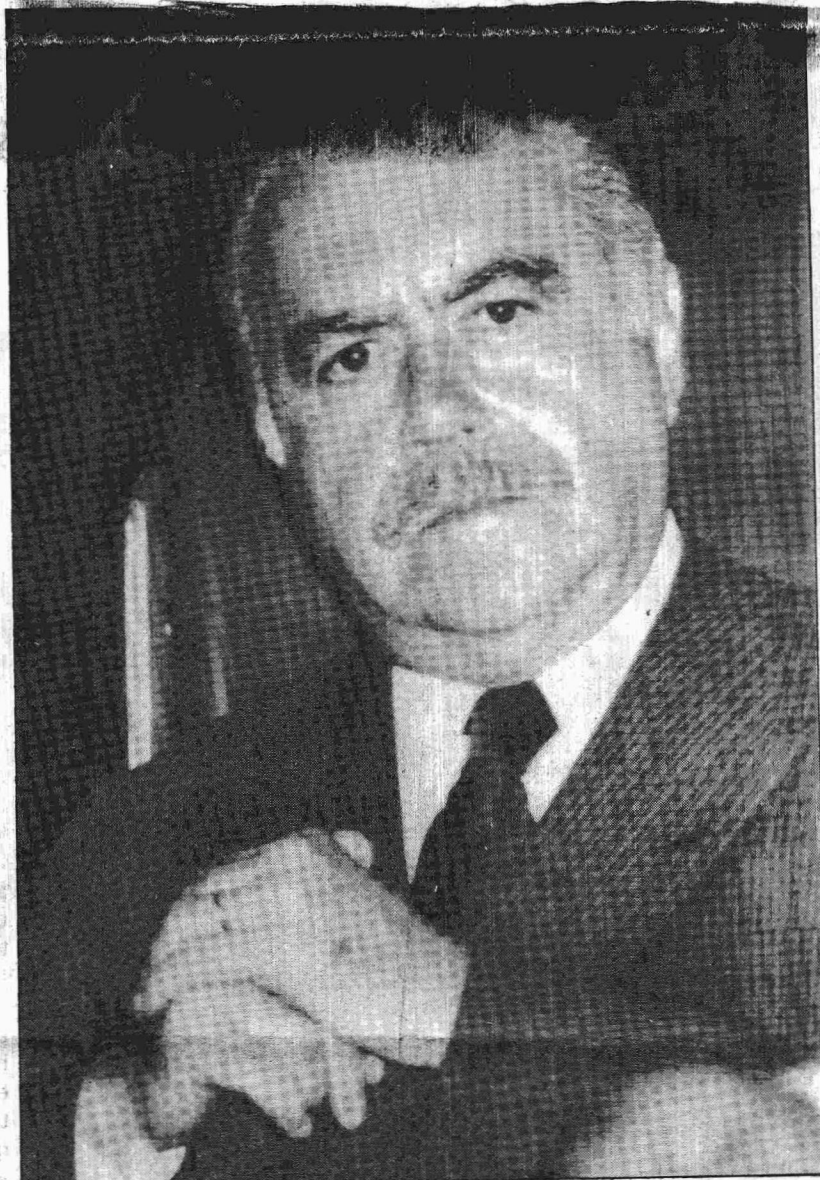
que obrigavam o governo a publicar, até o último dia de cada mês, as informações relativas ao fluxo das receitas e despesas. Como isso já está previsto na Constituição, Sarney optou pelo veto.

A motivação principal de todos esses vetos decorreu do fato de que, para proporcionar aos estados e municípios uma rolagem de 92% de suas dívidas, contra os 75% pretendidos pelo governo, os parlamentares tiveram que fazer alterações nas outras despesas previstas no orçamento e até nas estimativas de retorno das operações oficiais de crédito.

José Ribas explicou que o retorno estimado pela proposta orçamentária foi superavaliado, "o que nos obrigou a vetar quase todos os projetos do orçamento previstos com as operações especiais de crédito", ele disse. De um total de Cz\$ 13 trilhões, foram preservados apenas Cz\$ 800 bilhões de transferências para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de órgãos regionais, e destinados ao PIS-Pasep.

Os 156 programas e projetos que ficaram sem recursos são: financiamentos para investimentos agropecuários, custeio pecuário, custeio agrícola, investimentos em irrigação, política de preços mínimos, investimentos industriais, exportações, comercialização do açúcar, estoques reguladores, alimentação escolar, assistência técnica e extensão rural (Embrater) e manutenção e operação dos transportes ferroviários urbanos.

O Congresso pode, afirmou José Ribas, derrubar os vetos desde que reúna maioria absoluta. A matéria só será examinada a partir de



Os vetos de Sarney atingiram 156 projetos

15 de fevereiro e o prazo para rejeitar os vetos será de 30 dias, "mas o Executivo não vai esperar vencer o prazo para enviar mensagem de créditos especiais, que são fundamentais para a continuidade de alguns programas", afirmou. E

acrescentou que alguns programas e projetos serão extintos, "porque precisamos de recursos para cobrir a defasagem entre o que o governo esperava arrecadar com a rolagem das dívidas e o que será efetivamente pago".